

Desastres: TCU havia apontado falhas graves na defesa civil



Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, a pedido do Senado, revelou em abril que país não está preparado para enfrentar calamidades

A investigação apontou falhas graves, como a disparidade na distribuição de recursos por estados e municípios para ações de prevenção e a insuficiência desses recursos para o restabelecimento da normalidade nas áreas de desastre. O TCU indicou outros entraves, como o reduzido número de servidores; o baixo número de inspeções; o desconhecimento sobre os mecanismos para requisição de recursos por parte dos funcionários dos municípios; deficiências nos sistemas informatizados da defesa civil; e a falta de integração entre os órgãos da União e dos demais entes federativos. **3**

“Políticos não agem para proteger vítimas de enchentes”

Cristovam Buarque prevê que, com o fim das chuvas, drama das cheias será esquecido e, no próximo ano, as cenas se repetirão “como se a chuva não gostasse dos pobres,

quando, na verdade, somos nós que não gostamos deles”. O senador sugeriu mobilizar recursos técnicos e financeiros para obras que protejam a população pobre. **3**

STF quer examinar proposta de novo código

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, solicitou que o Senado adie a votação do projeto de novo Código de Processo Penal. Os ministros querem dar sugestões, se for o caso, disse ele. **2**

Senadores acusam interesse estrangeiro

Acir Gurgacz e Jorge Yanai chamaram atenção para estudo norte-americano que mostra as vantagens de mercado, para os produtores rurais dos EUA, de manter as florestas tropicais intocadas. **4**

Vista aérea de Barreiros, em Pernambuco: destruição levanta questões sobre sistema de enfrentamento de calamidades

Congresso pode votar mais recursos para o PAC amanhã

Em sessão marcada para as 19h30 de amanhã, o Congresso Nacional pode ampliar de 25% para 30% o limite de remanejamento de recursos do Orçamento destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo argumenta que o novo índice, aplicado desde 2006 e alterado no ano passado, dará mais agilidade ao programa. **2**



Obra do PAC do saneamento em Cuiabá: governo tenta obter mais liberdade para remanejar recursos

Congresso Nacional deve votar nesta terça-feira proposta do governo federal que aumenta de 25% para 30% o limite de remanejamento dos recursos do programa

Flexibilidade de recursos para acelerar obras do PAC

O CONGRESSO NACIONAL reúne-se amanhã, às 19h30, para votar o projeto de lei do Executivo que aumenta de 25% para 30% o limite de remanejamento de recursos dos projetos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 para a execução das obras no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na justificativa da proposta (PLN 3/10), o governo argumenta que, em anos anteriores, a margem de remanejamento foi de 30% do montante total de recursos. A redução para 25% incluída na Lei Orçamentária deste ano teria retirado do Grupo Executivo do PAC (Gepac) a flexibilidade necessária para tocar as obras com agilidade.

O relator, deputado Carlos Abicalil (PT-MT), observa que desde 2006 o governo tem tido essa liberdade de remanejamento de recursos para programas de infraestrutura.

– Assim, não pretende o Poder Executivo inovar no mundo jurídico ou orçamentário, mas simplesmente assegurar a possibilidade de reconfiguração dos investimentos, restritos ao PAC, que, por várias razões de ordem fática, se mostrem inviáveis momentaneamente – diz o parlamentar.

Abicalil optou pela rejeição de duas emendas apresentadas ao projeto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) que suprimem a flexibilização pretendida e tornam ainda mais rígidas as



Emenda de Simon torna mais rígidas regras de crédito para o programa

regras para abertura de crédito ao Orçamento da União no caso das obras do PAC.

STF pede tempo para analisar novo código

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), considerou “extremamente positiva” a solicitação feita ao Senado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, para que seja prorrogado o prazo de votação do projeto (PLS 156/09) do novo Código de Processo Penal (CPP).

Na quarta-feira passada, Peluso encaminhou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, pedindo o adiamento, para que os ministros do Supremo possam examinar o texto e oferecer sugestões, “se for o caso, tendo em vista o impacto que a nova legislação acarretará na Justiça de todo o país”.

Outro motivo para a prorrogação, segundo o presidente do STF, é analisar a “aderência do projeto à jurisprudência dos tribunais superiores”.

Nesta semana, o Plenário realiza a terceira e última sessão de discussão do novo CPP. A proposta passará por duas votações em Plenário.

O presidente do Senado, José Sarney, até o meio-dia de quinta-feira, não havia se manifestado sobre o ofício encaminhado pelo presidente do STF.



Cezar Peluso sugere adiamento da votação do CPP

Senado homenageia hoje o Corpo de Bombeiros do DF

Com uma sessão especial às 11h, o Senado comemora hoje os 154 anos de criação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). O requerimento foi apresentado pelo senador Gim Argello (PTB-DF).

A instituição foi criada em 2 de julho de 1856, pelo imperador dom Pedro II, a partir da sugestão do inspetor do Arsenal de Marinha das Cortes, Joaquim José Inácio. Com isso, reuniram-se sob uma só administração várias seções que até então existiam para o Serviço de Extinção de Incêndios nos Arsenais de Marinha de Guerra, Repartição de Obras Públicas e Casa de Correção. O corpo de bombeiros, que até então era provisório, tornou-se permanente em 1860.

De acordo com informações do Corpo de Bombeiros Militar do DF, uma das maiores façanhas registradas na história da instituição ocorreu em 1925, quando foi extinto um grande incêndio na Ilha do Caju (RJ).

O então presidente Getúlio Vargas assinou, em 1954, decreto instituindo o Dia do Bombeiro Brasileiro, celebrado até hoje em 2 de julho, e a Semana de Prevenção Contra Incêndios. Com a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, foi disposta a organização da corporação no DF, em 1960.

Em maio deste ano, o CBMDF passou a atuar de forma integrada com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O trabalho integrado tem por objetivo evitar o deslocamento desnecessário de viaturas e equipes, além da duplicidade no envio dos profissionais das duas corporações. As chamadas relacionadas ao atendimento específico do corpo de bombeiros continuam a ser atendidas por essa instituição.

Mão Santa defende comunicação do Senado Federal

O senador Mão Santa (PSC-PI) enalteceu o sistema de comunicação do Senado, considerando-o como um dos fatores importantes que possibilitaram a melhoria da qualidade da democracia brasileira observada nos últimos anos.

Rebatendo críticas de diversas fontes que consideram demasiadamente grandes, por exemplo, as estruturas da gráfica da Casa e da TV Senado, Mão Santa deu exemplos de sínteses de vários discursos seus publicados pelo **Jornal do Senado**, com importantes reivindicações para seu estado, os quais, segundo ele, não seriam publicados por nenhum órgão da imprensa privada.

– O sistema de comunicação [do Senado] não pode ser diminuído nessa reforma administrativa e sim crescer com a democracia que se aperfeiçoa. Aqueles contrários a ele têm interesses escusos e, às vezes, são proprietários de órgãos de comunicação poderosos – disse.

Mão Santa justificou ainda a ausência de senadores na Casa na última quinta-feira, lembrando que muitos participariam, no final de semana, de convenções estaduais.



Mão Santa: sistema não pode ser diminuído na reforma administrativa



“Partido tem sido leal quanto à minha candidatura ao Senado”, diz Tuma

Tuma desiste de solenidade para ir à convenção do PTB

Em virtude da convenção do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), realizada no último sábado, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) – que seria o nome escolhido para representar o partido na disputa por uma das vagas do Senado – desistiu, na última quinta-feira, de participar como patrono da solenidade de entrega do Troféu Imprensa São Carlos.

Ele encaminhou ofício à prefeitura do município paulista e ao presidente da comissão organizadora do evento, Brasília Antonio Ferreira Soares, justificando a ausência.

– O PTB tem sido leal e vem mantendo a palavra quanto à minha candidatura. Ele rejeitou várias propostas de coligação porque não quiseram oferecer uma das vagas de senador ao partido. Sairei, sem dúvida nenhuma, como candidato avulso, com a legenda ao meu lado. Acredito que a melhor coligação sempre é feita com a população, que poderá ou não apoiar – afirmou o parlamentar.

Na avaliação de Tuma, “a força que liga um político ao povo vale mais do que qualquer coligação”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Bombeiros do Distrito Federal

11h Sessão especial em comemoração ao 154º aniversário de criação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. A sessão não deliberativa das 14h vai ser definida de acordo com o calendário da Copa do Mundo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Lúcia Vânia pede fim da violência contra idosos

A passagem do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado em 15 de junho, foi lembrada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Instituída pela Organização Internacional para a Prevenção de Abusos contra Idosos, a data foi criada com o objetivo de sensibilizar as pessoas a se engajarem na luta pela proteção social desse segmento da população, disse.

Lúcia Vânia ressaltou a relevância do tema diante do aumento da expectativa de vida da população mundial. No Brasil, deve passar dos atuais 75 anos para 90 anos em 2050. Hoje, acrescentou, são mais de 21 milhões de idosos, cerca de 11% da população brasileira.

– A magnitude dos números permite inferir que a proteção aos idosos não constitui uma preocupação isolada ou eventual, mas configura um problema de saúde e segurança pública – disse.



Lúcia Vânia: os 21 milhões de idosos do país exigem proteção

Projeto de Jayme Campos combate obesidade

O senador Jayme Campos (DEM-MT) comunicou a apresentação de projeto de lei que determina a inclusão de equipes de profissionais de nutrição e de educação física no programa Saúde da Família (PSF).

O objetivo da medida, explica, é o combate ao aumento no número de brasileiros com sobrepeso verificado nos últimos anos. Citando dados do Ministério da Saúde, ele informou que o número de pessoas obesas no país saltou de 42,7%, em 2006, para 46,6%, em 2009.

Segundo Jayme Campos, está claro para os especialistas que a obesidade decorre, principalmente, de maus hábitos alimentares e do sedentarismo.

– O combate à obesidade deve ser uma política eficiente e de largo alcance, visto que esta condição também tem grande incidência entre as camadas menos abastadas da população.



Jayme Campos quer profissionais de nutrição e educação física no PSF

Realizada a pedido do Senado, auditoria do Tribunal de Contas da União levantou questionamentos sobre qualidade de políticas públicas. Mais de um terço dos recursos para prevenção de desastres foi direcionado a um só estado



No município de Palmares (PE), as enchentes destruíram ruas, pontes e casas. Auditoria do TCU constatou que recursos para recuperação sempre são insuficientes

Chuvas: TCU apontou há dois meses falhas no sistema de defesa civil

OS ESTADOS DE Alagoas e Pernambuco enfrentam no momento as consequências de chuvas intensas e inesperadas. No entanto, a tragédia tem se repetido ao longo de décadas no Nordeste e em outras regiões do país. E é, segundo especialistas, do tipo que poderia se comparar ao enredo de um dos mais célebres romances de Gabriel García Márquez: *Crônica de uma morte anunciada*.

A diferença é que, na obra do escritor colombiano, os habitantes de uma pequena cidade poderiam ter avisado o personagem Santiago Nasar de seu iminente assassinato, mas

não o fizeram.

No caso das catástrofes brasileiras, os avisos têm sido constantes. Em abril último, por exemplo, mais um alerta do Tribunal de Contas da União (TCU) poderia ter motivado indagações sobre a qualidade das políticas públicas.

O órgão auxiliar do Legislativo divulgou auditoria sobre o sistema de defesa civil. Realizada a partir de requerimento aprovado pelo Senado, a investigação apontou falhas graves.

A disparidade na distribuição de recursos para ações de prevenção por estados e municípios foi um dos problemas

constatados. A auditoria apurou que, entre 2004 e 2009, cerca de R\$ 933 milhões foram comprometidos com obras e serviços, sendo efetivamente aplicados R\$ 357,8 milhões. A Bahia foi atendida com a maior parcela dos recursos liberados (37%). Mato Grosso recebeu 17%; São Paulo, 8,9%; e Rio de Janeiro, que sofreu este ano com chuvas fortes e deslizamentos de terra, somente 0,65%. Sempre atingido por enchentes, o estado de Santa Catarina recebeu apenas 0,7%.

No que se refere às transferências para ações emergenciais, a constatação é de que os recur-

sos recebidos são sempre insuficientes para o restabelecimento da normalidade nas áreas de desastre. Dos gestores ouvidos pelo TCU, 59% destacaram que os recursos não permitem recuperar todos os estragos.

O TCU apontou outros entraves, como o reduzido número de inspeções; o desconhecimento sobre os mecanismos para requisição de recursos por parte dos funcionários dos municípios; deficiências nos sistemas informatizados da defesa civil; e a falta de integração entre os órgãos da União e dos demais entes federativos.

Funcionários desconhecem mecanismos para obter ajuda

A equipe de auditores do TCU verificou que os funcionários públicos de estados e municípios pouco conhecem sobre os mecanismos para requisição de recursos em situações de desastre – processo iniciado com a declaração de estado de calamidade e concluído com a aprovação dos planos de trabalho. Assim, os recursos são liberados com processos incompletos.

Entre os municípios pesquisados, em 77% havia alguma unidade para atividades de

defesa civil. No entanto, esses órgãos não eram estruturados para atuar. Em 41% dos municípios havia no máximo 3 funcionários.

O estudo requisitado pelo Senado constatou que poucos municípios contam com mapeamento de áreas de risco. Entre 2004 e 2008, apenas 44 cidades do país concluíram seus mapeamentos e apenas sete tiveram acesso a recursos do Ministério da Integração para as obras recomendadas.

Projeto estabelece direitos de municípios sob calamidade

Do ponto de vista parlamentar, iniciativas de lei que abordam questões de defesa civil muitas vezes preveem medidas conjunturais para áreas específicas atingidas. Entre os que apresentam objetivos mais abrangentes, no entanto, pode ser citado projeto do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que prevê direitos para municípios sob calamidade.

Pelo texto original (PLS 85/09), o município que se encontrar sob calamidade terá prorroga-

ção de 90 dias para pagar qualquer dívida com a União, suas fundações e empresas. Além disso, receberá antecipadamente uma cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem desconto posterior, assim como a garantia de execução de todas as despesas previstas a seu favor no Orçamento da União. Por último, os moradores do lugar poderão levantar recursos de suas contas do FGTS. A proposta, já aprovada na CCJ, será examinada pela CAE.

Cristovam: "A chuva não gosta dos pobres?"

"Por que a chuva não gosta dos pobres?", perguntou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao comentar a destruição causada pelas enchentes em Alagoas e Pernambuco. A resposta, conforme disse em discurso, está na postura dos políticos: não agem corretamente para proteger a população que sofre com as cheias ou com a falta de chuva.

Depois de lembrar que o

presidente Lula sobrevoou na quinta-feira áreas alagadas dos dois estados, Cristovam previu que, daqui a duas semanas, com o fim das chuvas, o drama da população será esquecido. No próximo ano, como disse, com um novo presidente da República, as cenas se repetirão, "como se a chuva não gostasse dos pobres, quando, na verdade, somos nós que não gostamos deles".

O senador sugeriu tirar um mínimo de proveito da tragédia e despertar o país para a necessidade de mobilizar recursos técnicos e financeiros para fazer obras de drenagem, de proteção de ladeiras, de contenção de encostas e de construções sólidas, que protejam a população pobre.

Cristovam afirmou que "os pobres também não cuidam de si quando não votam certo".



"Pobres não cuidam de si quando não votam certo", diz o senador

Estrangeiros defendem preservação das florestas para impedir aumento da área agrícola, provocando a subida nos preços dos alimentos no mercado mundial, sustenta o senador

Ecologia esconde interesse econômico, diz Gurgacz

ACIR GURGACZ (PDT-RO) sustentou que ONGs e governos estrangeiros insistem por interesse econômico – e não só por preocupação ecológica – na manutenção das florestas pelo Brasil. O senador citou, na quinta-feira, artigo do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em que este menciona estudo segundo o qual os agricultores norte-americanos teriam um rendimento adicional de até US\$ 270 bilhões se os países tropicais eliminassem seus desmatamentos até 2030. Isso porque, sem o aumento da área plantada no mundo, os preços dos alimentos subiriam rapidamente no mercado mundial, beneficiando produtores norte-americanos e europeus.

O ex-ministro, continuou Acir Gurgacz, analisa ser interessante para os produtores americanos a implantação de um sistema de pagamento pela preservação



Acir Gurgacz recorreu a artigo do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues

das florestas tropicais. Embora concorde que os brasileiros devam ser remunerados pelos países ricos pela manutenção das florestas, o senador entende que o Brasil não pode abrir mão de explorar áreas já consolidadas em produção agropecuária.

– Não podemos baixar a cabeça e dizer “amém” às ONGs interna-

cionais e governos estrangeiros, que estão olhando apenas o lado deles, e não querem o crescimento e a competição do Brasil.

Gurgacz também voltou a cobrar do governo que reduza a pressão dos fiscais do meio ambiente em cima dos produtores rurais da Amazônia, em especial de Rondônia.

Yanai: intenção dos EUA é evitar concorrência

Estudo feito nos Estados Unidos mostrando as vantagens econômicas que agricultores norte-americanos podem ter com a redução do desmatamento nos países tropicais também foi comentado pelo senador Jorge Yanai (DEM-MT), para quem o Brasil deve procurar um meio-termo entre a preservação e o desenvolvimento.

O objetivo do estudo, informou o senador, foi convencer os senadores dos Estados Unidos a aprovarem a lei de mudança climática em tramitação naquele país.

Na avaliação de Yanai, o estudo mostrou que, em vez da preservação do meio ambiente, os EUA estariam pretendendo evitar o

crescimento da agricultura em outros países. O Brasil, por dispor de números de produção agrícola cada vez mais competitivos, seria prioridade.

Yanai citou relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que projeta crescimento na produção agrícola nacional de 40% em dez anos.

– São números promissores, mas não é fácil crescer quando o agricultor se depara com tantas restrições. O Código Florestal elaborado durante a época do regime militar sofreu tantas alterações no passar dos anos que



Jorge Yanai afirma que é difícil crescer com o Código Florestal vigente

transformou em áreas ilegais, que necessitariam ser desativadas, parte do universo de milhões de propriedades rurais no país – afirmou.

Suplicy: país inverte tendência de êxodo rural

Dos 24 milhões de brasileiros retirados da condição de pobreza no governo Lula, 4,8 milhões vivem no meio rural. A informação é do senador Eduardo Suplicy. Segundo ele, o Censo Agropecuário revela que o número de estabelecimentos da agricultura familiar cresceu em 412 mil unidades nos últimos sete anos. Portanto, em sua avaliação, o Brasil está invertendo a tendência do êxodo rural.

Uma das razões para isso, diz Suplicy, pode estar no aumento da renda dos agricultores familiares, que teria sido de 30% entre 2002 e 2008. Ou seja, quase três vezes mais do que o crescimento de 11% verificado no conjunto da população brasileira.

Suplicy afirmou que, para assegurar esse êxito, R\$ 62 bilhões em crédito foram destinados à agricultura familiar nos últimos sete anos.



Senador aponta aumento de 30% na renda dos agricultores familiares

Brasil sedia congresso mundial de renda básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o presidente Lula vai receber amanhã, em Brasília, integrantes da direção da Rede Mundial de Renda Básica, com quem discutirá políticas de transferência de renda. Eles estão no Brasil

para participar da 13ª edição da Conferência Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, que começará nesta quarta-feira, na Universidade de São Paulo (USP).

Autor da lei que prevê a implantação da renda básica

no Brasil, Suplicy será um dos conferencistas, assim como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Realizado a cada dois anos, o congresso reunirá centenas de professores, pesquisadores e especialistas de mais de 20 países.

Heráclito quer votar projeto que prevê uso de genérico veterinário

Heráclito Fortes (DEM-PI) propôs que os parlamentares retomem o debate de propostas que tratam da criação do medicamento genérico para o uso veterinário. Ele disse que apresentará emenda para acrescentar o genérico para produtos de uso agrícola. O senador afirmou que pedirá regime de urgência para votação do projeto.

A proposta (PLC 3/05) está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator é Raimundo Colombo (DEM-SC). Heráclito relatou que a ideia de oferecer esse medicamento genérico ao setor agrícola surgiu a partir de conversa com produtores gaúchos sobre a Feira Agroshow de Bom Jesus, no Piauí.

O senador recordou a iniciativa relacionada ao uso de medicamentos genéricos, implementada pelo então ministro da Saúde, José Serra, durante o



Genéricos de uso agrícola também são defendidos por Heráclito

governo Fernando Henrique. Para ele, tal política pode ser estendida às áreas veterinária e agrícola.

– Minha preocupação é que esse assunto esteja sendo emperrado em sua tramitação por interesses de multinacionais ou por interesses que não são os interesses da classe produtora brasileira – observou.

Zambiasi ressalta propostas de combate e prevenção às drogas

Após anunciar que não se candidatará a mandato eletivo nas próximas eleições, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) mencionou alguns dos projetos de combate e prevenção ao uso de drogas que apresentou em seus oito anos de mandato. Entre eles, o que se tornou a Lei 12.219/2010, que permite que a União possa estabelecer convênios diretamente com os municípios para prevenir uso indevido de drogas.

Zambiasi citou ainda o PLS 187/09, que aumenta a pena para o crime de tráfico de drogas mais pesadas, como cocaína e crack. Ele enumerou também o PLS 202/09, que concede ao segurado da Previdência Social o auxílio-doença enquanto durar o tratamento de dependência química.

O senador citou relatório divulgado pela Secretaria Nacional



Senador destaca lei de sua autoria envolvendo União e municípios

de Políticas sobre Drogas (Senad) segundo o qual 49% dos universitários do país já usaram drogas ilícitas. A pesquisa, que ouviu 18 mil jovens de instituições públicas e privadas de ensino superior nos 26 estados e no Distrito Federal, constatou que 22% dos universitários estão sob o risco de desenvolver dependência de álcool, e 8%, de maconha.

Jefferson Praia pede à Petrobras informações sobre investimentos

Preocupado com a possibilidade de a Refinaria de Manaus (Reman) ser excluída dos investimentos da Petrobras para o período de 2010 a 2014, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) pediu à direção da estatal informações detalhadas sobre o assunto. Ele considera inadmissível que a Reman seja excluída dos planos de expansão da Petrobras.

O senador leu carta dirigida à Petrobras pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo e Derivados no Estado do Amazonas alertando para os riscos de enorme prejuízo à economia local, caso as obras de modernização da Reman não entrem no plano de negócios da companhia.

Essas obras, conforme o sindicato, podem gerar 5 mil empregos diretos e indiretos, com salário médio de R\$ 4 mil. Já um eventual cancelamento pode



Parlamentar teme prejuízos econômicos para o Amazonas

significar prejuízo de arrecadação para o estado de R\$ 100 milhões no período esperado para a realização das obras de expansão da Reman.

O risco maior, adverte a entidade sindical, é a ameaça de transformação da Reman em simples terminal da Petrobras, com perda de empregos e de arrecadação para o estado.